

ECONOMIA / POLÍTICA**ENTREVISTA DAVID JUSTINO** Presidente do Conselho Nacional de Educação

“O papel da escola não é empregar professores”

Educação Ex-ministro da Educação acredita que a redução de docentes vai continuar. E defende que as colocações passem a ser competência das escolas e autarquias**Ana Petronilho**

ana.petronilho@economico.pt

“O papel da escola não é empregar professores. O papel da escola é formar alunos”. É assim que David Justino, presidente do Conselho Nacional da Educação, ex-ministro da Educação e consultor de Cavaco Silva olha para o sistema educativo português. Um sistema que, defende, tem vindo a ser “re-mendado” com falta de “visão estratégica de futuro”.

Para David Justino não há dúvidas: “Se a escola pública quer ser de referência, tem de escolher os melhores” – máxima que partilha com o actual ministro, Nuno Crato, de quem assume ser amigo pessoal. Até porque há “mais candidatos a professores do que lugares disponíveis”. E para garantir que sejam colocados os melhores professores, Justino defende, em entrevista ao Económico, que o processo de colocação deve ser assumido pelas escolas – que ainda “não têm autonomia” – ou pelas autarquias, descentralizando as competências do Ministério da Educação. “Sou defensor de que há uma margem significativa de com-

petências que podem ser, até com maior eficácia, assumidas pela administração descentralizada do Estado”. Ideia que, aliás, defendeu em 2002 durante a sua tutela, provocando forte polémica junto dos sindicatos e dos municípios que, na altura, rejeitaram a proposta.

Para o presidente do CNE, esta possibilidade – prevista desde 1986 na Lei de Bases do Sistema Educativo – voltou a estar em cima da mesa e “está neste momento a ser negociada”. É uma medida que vai resultar numa maior autonomia e, por isso, avisa Justino, deve ser feita de forma “gradual” para evitar efeitos perversos, porque “mais liberdade implica mais responsabilidade” – outra máxima que partilha com Crato.

“

Se a escola pública quer ser de referência, tem de escolher os melhores”

CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO**Apoios pela via tributária em vez do cheque-ensino**

Apesar de dizer que tem “nada contra” o cheque-ensino, o presidente do CNE diz-se “muito mais defensor” de um sistema que apoie às famílias que optem pelos colégios privados, “pela via tributária e não pela via do subsídio”. Desta forma, em vez de receberem apoio para o pagamento das propinas (cheque-ensino), Justino sugere que as famílias que optem pelos colégios privados possam usufruir de “majorações ao nível dos descontos em IRS”.

O presidente do CNE diz ainda que a escola pública não ganha com a destruição do privado, que contribuiu para a “escolarização de milhões de crianças durante os últimos 30 anos”. Porém, “faz sentido reformular” alguns pontos na lei que asseguram o equilíbrio entre os sectores e que evitam a “submissão do interesse público ao ensino privado”. Uma dessas alterações deveria passar pela introdução de “áreas de recrutamento identificadas” para os contratos de associação. Desta forma, ficariam clarificados os limites do recrutamento de alunos para os colégios. **A.P.**

Até hoje, diz o ex-ministro, “nunca foi possível” transferir totalmente as competências das contratações dos professores para as escolas porque “para garantir a igualdade administrativa na colocação de professores sacrifica-se o princípio da continuidade e da estabilidade pedagógica”, o que, realça, “é mais importante do que qualquer igualdade administrativa”. Ou seja, com as colocações de professores a nível local cai o critério de contagem de tempo de serviço como prioridade na colocação a nível nacional. Desta forma, é possível que um professor com dez anos de serviço possa ser colocado numa escola de determinada cidade e que um professor com 15 ou 20 anos de serviço, que concorra a uma outra escola noutra cidade, não consiga colocação. Ainda assim, Justino considera que “seria positivo” se o MEC conseguisse “avançar nesse sentido, dando uma margem de contratação às escolas e facilitando os mecanismos de contratação que estão complicados”. Hoje, lembra, há escolas que aguardam “até Dezembro para contratar três ou quatro docentes com os alunos sem aulas”.

Redução de professores vai continuar

Segundo os mais recentes números divulgados pelas Finanças, nos últimos dois anos houve uma redução de cerca de 30 mil professores. Para Justino, este é um sinal de que “havia uma margem de ineficiência muito grande” no aproveitamento dos recursos que a crise forçou a corrigir. “Parte-se sempre do princípio de que os professores estão plenamente aproveitados. E não estavam”.

Mas a redução do número de docentes é uma tendência que o presidente do CNE prevê que, de futuro, se mantenha também devido à quebra da taxa de natalidade. De acordo com as previsões do MEC, dentro de quatro anos haverá menos 23 mil alunos a entrar para o 1º ciclo. ■

Prova de acesso “não melhora qualidade dos docentes”

Apesar da sua proximidade com Nuno Crato, o ex-ministro David Justino não deixa de lançar críticas a algumas medidas do actual ministro. Uma delas é feita à prova de acesso à profissão, obrigatória para todos os contratados com menos de cinco anos de serviço. “Esta prova tal como foi formulada é um mal menor e não permite melhorar a qualidade dos docentes”. Para Justino, na hora de entrada de professores na carreira, deveriam ser aplicados e ser tidos em conta vários instrumentos que estão previstos na lei, sendo um deles o período probatório que “está regulamentado”, mas que não é aplicado. De acordo com o artigo 31º do Estatuto da Carreira Docente (ECD), todos os docentes que entram nos quadros têm um período experimental de um ano lectivo sendo avaliada a sua “capacidade de adequação do docente ao perfil de desempenho profissional exigível”. Durante este primeiro ano, o docente é acompanhado por um outro mais experiente (professor titular). Se concluir este período com avaliação igual ou superior a “Bom” entra definitivamente nos quadros, e se tiver “regular” terá de repetir o período probatório. Se a classificação for “insuficiente” é exonerado do lugar do quadro e fica impossibilitado de dar aulas. **A.P.**

Paula Nunes



Actual rede

Presidente do CNE avisa que as instituições terão reestruturar: ou agora de livre vontade, ou mais tarde por imposição.

Para o presidente do CNE, a actual rede do ensino superior está numa “situação insustentável”. Isto porque “há falta de concepção e estratégia” e há mesmo, considera, “instituições de ensino superior a mais”.

O diagnóstico de David Justino é arrasador: “há instituições que estão a enviar pessoas directamente para o desemprego”, provocando uma dupla despesa para o Estado: “pagamos para formar alunos e pagamos para ficarem no desemprego”.

Apesar de reconhecer que este é um processo “árduo e moroso”, o ex-ministro da Educação defende que a reestruturação da rede é inevitável.

**PERFIL****De ministro a conselheiro**

Aos 60 anos, David Justino é eleito presidente do Conselho Nacional de Educação, um dos principais órgãos consultivos do Ministério da Educação, tendo tomado posse a 30 de Julho de 2013. Doutor em Sociologia e professor universitário, foi ministro da Educação de Durão Barroso entre 2002 e 2004 e, entre 2006 e 2012, assessor para os assuntos sociais do Presidente da República. É, desde então, consultor da Casa Civil. Amigo do actual ministro da Educação, Nuno Crato, prometeu que não será neutro durante o seu mandato porque não abdicará das suas opiniões. Mas tentará ser sempre objectivo. No plano político, David Justino desempenhou ainda os cargos de vereador da Habitação Social na Câmara Municipal de Oeiras (1994-2001), e foi deputado à Assembleia da República (1999-2002).

Governo decide hoje se prolonga prazos para as rescisões

Mais de dois mil professores já entregaram pedidos de rescisão. Prazo deverá ser estendido por mais três meses.

O Ministério da Educação vai hoje reunir com as Finanças para decidir se é alargado, ou não, o prazo para o programa de rescisões para os professores, numa altura em que os serviços receberam já mais de dois mil pedidos. Tal como avançou ontem o Económico, o Governo está a analisar a possibilidade de prolongar por mais três meses o prazo para que os professores e os técnicos superiores possam rescindir com o Estado, indo assim ao encontro das metas de redução de trabalhadores do Estado acordadas com a troika. Caso não seja prolongado, o programa para os professores termina sexta-feira e para os técnicos superiores a 30 de Abril.

“Vai ser feita essa reunião. Esperemos poder traduzir assim a procura que tem sido elevada. Se houver possibilidade de dilatar esse prazo nós vamos fazê-lo e anunciá-lo antes do encerramento do prazo previsto”, afirmou ontem o secretário de Estado da Administração Escolar, Casanova de Almeida. Com a prorrogação do prazo, disse o governante, existe a possibilidade de “chegar a um prazo mais confortável” para que os professores possam “tomar as decisões, tendo em conta o desenvolvimento do ano lectivo”.

O governante falava aos jornalistas no final da reunião que manteve com a Fenprof, no âmbito da primeira ronda negociada referente ao concurso de vinculação extraordinária de docentes, e que levou o Ministério da Educação a convocar sindicatos e associações de professores.

O programa de rescisões para professores está em vigor desde 15 de Novembro e podem aderir todos os docentes dos quadros com menos de 60 anos. Não estão abrangidos os professores que aguardam neste momento aprovação do pedido de aposentação ou reforma antecipada

e os professores universitários. A compensação é de 1,25 meses de remuneração base por cada ano de serviço para os professores com menos de 50 anos e de um mês de remuneração para os docentes entre os 50 e os 59 anos de idade. Existem, no entanto, outros valores para os professores de educação pré-escolar, 1.º ciclo do ensino básico, educação tecnológica, educação visual e tecnológica: os que têm menos de 50 anos recebem 1,5 meses por cada ano de serviço e os que têm entre 50 e os 59 anos receberão 1,25 meses de remuneração base por cada ano de serviço. As remunerações que servem como referência são as de 2013.

O anúncio da reunião com as Finanças foi feito no final da primeira ronda de reuniões de negociação com os sindicatos sobre a vinculação extraordinária de dois mil professores. Número de vagas que os sindicatos contestam por não responderem à directiva de Bruxelas, exigindo, por isso, que todos os docentes com mais de três contratos anuais sucessivos entrem nos quadros da Função Pública. Possibilidade que o Ministério da Educação rejeita, argumentando que este é o número ajustado às reais necessidades do sistema. ■ **A.P. com Lusa**



João Casanova de Almeida diz que prorrogação do prazo permite que os professores possam “tomar decisões tendo em conta o desenvolvimento do ano lectivo”.

do superior “é insustentável”

E das duas uma: “ou as instituições a fazem agora de livre vontade, ou mais tarde alguém o vai fazer por imposição”. Mais: para Justino, o reordenamento da rede que se fez no ensino básico e secundário, e que conheceu o primeiro grande impulso com a sua tutela, com a criação de mega-agrupamentos, “devia constituir-se num alerta para o ensino superior, para ver o que tem de fazer”. O mesmo é dizer, acredita Justino, que esta reestruturação deve passar pela “cooperação”, de forma a permitir a “partilha e mobilidade de recursos e da criação de redes mais ou menos regionalizadas”. Sugestão que, em traços largos, corresponde à proposta já apresentada por Nuno Crato às universidades e institutos politécnicos.

Ainda assim, David Justino entende as reivindicações dos reitores quanto aos cortes or-

“

Há instituições que estão a enviar pessoas directamente para o desemprego. E os Estado a pagar para isso. E pagamos de duas formas: pagamos para os formar e pagamos para ficarem no desemprego.

çamentais e reconhece que “enquanto não estiver resolvido o problema da autonomia financeira todas as áreas são precárias”. Além disso, o presidente do CNE avisa que os cortes podem vir a pôr em causa a competitividade do país. Principalmente se forem “estúpidos”. É o caso dos cortes iguais para todas as instituições, o chamado ‘haircut’, “que vai prejudicar as melhores”. Situação que poderia ser evitada “com cortes diferenciados” que iriam permitir “que se salvem os melhores”. Uma decisão política que, em seu entender, iria permitir uma diferença que o Governo deveria assumir, mesmo com “os custos políticos e de simpatia” que daí resultam. “Porque um corte de 20% igual para todos mantém o que está mal e prejudica o que está bem. Não tem sentido.”, defende. ■ **A.P.**